

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL

Toffoli pede apuração de acordo com Lava-Jato

ONG nega ter recebido recursos da força-tarefa provenientes de contratos de leniência

» MAYARA SOUTO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli determinou, ontem, a abertura de investigação sobre a organização não governamental (ONG) Transparência Internacional e a força-tarefa da Operação Lava-Jato. O magistrado solicitou à Procuradoria-Geral da República (PGR) que encaminhe à Corte as investigações do Ministério Público Federal (MPF) a respeito da entidade.

Toffoli considerou que houve possível repasse irregular de R\$ 2,3 bilhões para a organização a ONG por meio do acordo de leniência firmado entre o MPF e a empresa J&F, investigada por supostos pagamentos de propina. De acordo com o ministro, deve ser apurada “eventual apropriação indevida de recursos públicos” por parte da Transparência Internacional. Nas redes sociais, a ONG negou ter recebido o repasse e declarou já ter “desmentido” a afirmação “diversas vezes”. **(Leia abaixo)**

“Verifico que fatos gravíssimos e que não passaram pelo crivo do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União foram descritos na decisão proferida nestes autos pelo Ministro Humberto Martins, do Superior Tribunal de Justiça. Sob o pretexto de desenvolver ações de combate à corrupção, o Ministério Público Federal, de forma ilegal, concedeu à TI (Transparência Internacional) poderes de gestão e execução sobre recursos públicos sem que se submetessem aos órgãos de fiscalização e controle do Estado brasileiro, de modo que existem circunstâncias a ser esclarecidas”, conforme trecho da petição do ministro.

O texto ainda estabelece que os documentos enviados pela PGR ao STF sejam repassados também ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Controladoria-Geral da União (CGU). “Tal providência faz-se necessária, especialmente,

Felipe Sampaio /SCO/STF



Dias Toffoli vê “fato gravíssimo” em “eventual apropriação indevida de recursos públicos” sem fiscalização

para investigar eventual apropriação indevida de recursos públicos por parte da Transparência Internacional e seus respectivos responsáveis, sejam pessoas públicas ou privadas”, acrescenta Toffoli.

Desde 2014, a Transparência Internacional, sediada em Berlim (Alemanha), tem uma parceria com o MPF para desenvolver ações de “combate à corrupção”.

“Febre do desmonte”

Na última semana, a ONG publicou um relatório com o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), em que o Brasil apresentou piora na avaliação. A informação gerou uma série de críticas por parte do governo.

O ministro da Controladoria Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho, caracterizou o índice da TI como um “termômetro desregulado”. “A própria Transparência

Internacional reconhece o desafio de se reconstruir o que foi destruído nos últimos anos. Mas, se a febre do desmonte passou, como é possível que o Brasil tenha piorado? Onde está o problema: no paciente ou no termômetro?”, questionou Carvalho, nas redes sociais.

A CGU divulgou uma nota oficial em que argumenta que os resultados da pesquisa devem ser “vistos com cautela”, uma vez que “estudos internacionais discutem as limitações metodológicas de índices baseados em percepção”.

A presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) e deputada federal, Gleisi Hoffmann, foi mais incisiva nas críticas. “A ONG Transparência Internacional tem longa trajetória de desinformação sobre os governos do PT, mas, no relatório anual divulgado ontem, passaram dos limites. Acusar de retrocesso a indicação dos ministros Cristiano

Zanin e Flávio Dino ao STF, além da escolha de Paulo Gonet para a PGR, revela apenas a má vontade e a oposição política a Lula e ao PT”, escreveu no X (antigo Twitter). Segundo o relatório da Transparência Internacional, a indicação desses três aliados da Presidência da República teria contribuído para aumentar a percepção de corrupção no país.

A petição de Toffoli ainda menciona que a entidade teria sido responsável por gerir parte do valor pactuado entre o MPF e a holding J&F em 2017. A empresa comprometeu-se a pagar R\$ 10,3 bilhões como ressarcimento aos cofres públicos, após desvios constatados pela Operação Lava-Jato. O pagamento foi dividido: R\$ 8 bilhões para entidades lesadas e R\$ 2,3 bilhões à execução de projetos nas áreas da educação, saúde, meio ambiente, pesquisa e cultura. É essa segunda parcela do montante da multa que teria sido destinada à ONG.

Organização diz que denúncia é falsa

Geraldo Bubniak

A ONG Transparência Internacional, em pronunciamento nas redes sociais, afirmou que “são falsas as informações de que valores recuperados através de acordos de leniência seriam recebidos ou gerenciados pela organização”.

A ONG ainda disse que “jamais recebeu ou receberia, direta ou indiretamente, qualquer recurso do acordo de leniência do grupo J&F ou de qualquer acordo de leniência no Brasil”. “A organização tampouco teria – e jamais pleiteou – qualquer papel de gestão de tais recursos”, acrescentou.

“Através de acordos formais e públicos, que vedavam explicitamente o repasse de recursos à organização, a Transparência Internacional-Brasil produziu e apresentou estudo técnico com princípios, diretrizes e melhores práticas de transparência e governança para a destinação de ‘recursos compensatórios’ (multas e recuperação de ativos) em casos de corrupção. O relatório incluía recomendação de que o Ministério Público não deveria ter envolvimento na gestão destes recursos. O estudo e as recomendações não tiveram e não têm qualquer caráter vinculante ou decisório. O Memorando de Entendimento que estabeleceu esta cooperação expirou em dezembro de 2019 e não foi renovado, encerrando qualquer participação da Transparência Internacional”, diz trecho da nota.

A TI ainda considerou as acusações “fake news” e disse que elas “vêm sendo utilizadas



ONG recomendou que Ministério Público não tenha “envolvimento” na gestão dos “recursos compensatórios”

há quase cinco anos em graves e crescentes campanhas de difamação e assédio à organização”.

“Reações hostis ao trabalho anticorrupção da Transparência Internacional são cada vez mais graves e comuns, em diversas partes do mundo. Ataques às vozes críticas na sociedade, que denunciam a corrupção e a impunidade de poderosos, não podem ser naturalizados”, finaliza a nota. (MS)



Reações hostis ao trabalho anticorrupção da Transparência Internacional são cada vez mais graves e comuns, em diversas partes do mundo. Ataques às vozes críticas na sociedade, que denunciam a corrupção e a impunidade de poderosos, não podem ser naturalizados”

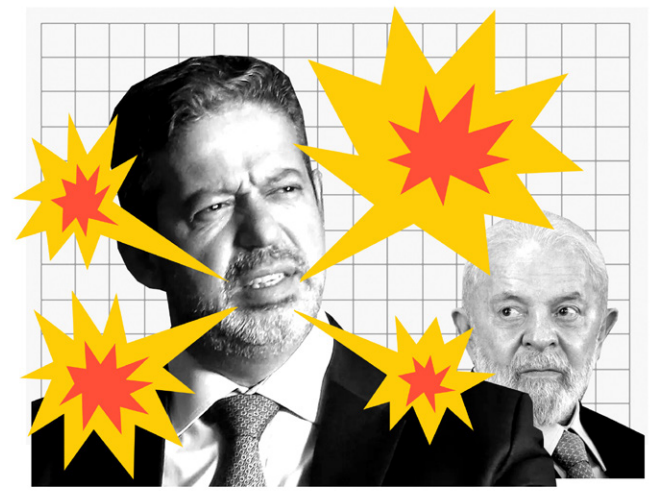
Transparência Internacional, em nota

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Lira voltou do recesso falando grosso

Aconteceu o que já era esperado, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), voltou do recesso falando grosso com o Palácio do Planalto. A insatisfação com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, por causa do não cumprimento de acordos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vazada para a imprensa nos bastidores políticos, é um recado de que a relação da maioria dos deputados, que não é governista, já não será como no carnaval passado. A ausência de Lira na posse do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, na semana passada, já fora uma demonstração desse desconforto.

Está escrito nas estrelas que o Congresso derrubará os vetos no valor de R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão, que substituíram as chamadas emendas de relator, ou “emendas secretas”, proibidas pelo Supremo. Lira disse que o Orçamento é de todos os brasileiros, não só do Executivo, e não pode ficar engessado por quem não foi eleito. “A boa política, como sabemos, apoia-se num pilar essencial: o respeito aos acordos firmados e o cumprimento à palavra empenhada”, disse Lira.

O presidente da Câmara lembrou a aprovação de propostas de interesse do Executivo que foram aprovadas pelos deputados — como a reforma tributária, o arcabouço fiscal e as mudanças no Carf. E disse que o Parlamento também espera do governo “reconhecimento, respeito e compromisso com a palavra dada”.

Segundo o presidente da Câmara, os parlamentares “não foram eleitos para serem carimbadores” das propostas do Executivo e que o Orçamento da União deve ser construído em contribuição com o Legislativo. “O Orçamento é de todas e todos brasileiros e brasileiras, não é nem pode ser de autoria exclusiva do Poder Executivo, e muito menos de uma burocracia técnica que, apesar do seu preparo, não foi eleita para escolher as prioridades da nação e não gasta a sola de sapato percorrendo os pequenos municípios brasileiros como nós parlamentares, senadores e deputados”, disse.

O que Lira quer de imediato? Um calendário para execução das emendas parlamentares, a pretexto de que a liberação dessas verbas às vésperas da votação passa a ideia de toma lá dá cá. E é isso mesmo, porque o governo usa as emendas para obter os votos necessários aos seus projetos prioritários. Sem calendário, manterá o poder de barganha.

Emendas bilionárias

Com o calendário, como deseja Lira, quase metade dos investimentos da União será executada pelo Congresso, sem intervenção do Executivo, daí o apelido “emenda pix”. O calendário mira as eleições municipais, porque as emendas teriam que ser executadas até junho. Foram aprovadas pelo Congresso 7,9 mil emendas parlamentares individuais, de bancadas estaduais e de comissões, que somavam R\$ 53 bilhões. Com o veto nas emendas de comissão, o valor global ficaria em torno de R\$ 44,6 bilhões.

Na versão aprovada pelos parlamentares, as emendas de comissão seriam no valor de R\$ 16,6 bilhões, mas a previsão cairia para R\$ 11 bilhões, com os vetos, um valor ainda muito superior ao do ano passado (R\$ 7,5 bilhões). Há, ainda, as emendas individuais obrigatórias (R\$ 25 bilhões) e as emendas de bancadas (R\$ 11,3 bilhões), que não sofreram vetos de Lula.

A motivação dos vetos de Lula às emendas de comissão foi o fato de seus recursos terem saído do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). O texto destina cerca de R\$ 55 bilhões em 2024 para o Programa de Aceleração do Crescimento. Na proposta do governo, o PAC contaria com R\$ 61,3 bilhões.

Lula fez os vetos na esperança de negociar um acordo para que as emendas sejam destinadas aos investimentos do PAC, mas os parlamentares têm outras prioridades: atender a interesses de prefeitos, deputados estaduais e vereadores de suas bases eleitorais, o que pulveriza os recursos federais de forma clientelista, em detrimento dos projetos estruturantes.

Para mitigar o desgaste, Lula sancionou sem vetos os R\$ 4,9 bilhões do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas Eleitorais, que serão utilizados nas eleições municipais deste ano. O valor é o mesmo utilizado em 2022 nas eleições nacionais. O valor reservado inicialmente, na proposta orçamentária, era de R\$ 939,3 milhões. Entretanto, o governo federal ainda tem muito poder de fogo na relação com o Congresso. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 prevê valores totais de aproximadamente R\$ 5,5 trilhões (Lei 14.822/24).

O Orçamento da União prevê a destinação de quase R\$ 170 bilhões para o programa Bolsa Família em 2024. Para o Ministério da Educação, são destinados cerca de R\$ 180 bilhões. O Ministério da Saúde contará com R\$ 231 bilhões. Para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, serão destinados R\$ 3,72 bilhões. Para a pasta da Defesa, o orçamento será de R\$ 126 bilhões.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, minimizou o discurso de Lira: “Não achei preocupante. Ele fala em nome do Parlamento. É importante que o Parlamento se manifeste. Nós vamos sempre de encontrar, no diálogo, no entendimento, na conversa, vamos ajudar a construir pontes, a manter as pontes”, disse. “Tem uma concordância entre a fala dele e nosso entendimento, quando ele diz que errarão aqueles que apostarem num confronto do Legislativo como o Executivo”, completou.